

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023 e o
relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A** (“SMTE” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Carta do Presidente

Cenário

A **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A** (“SMTE” ou “Companhia”) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 18 anos de existência. Em 2023, a Concessionária manteve as atividades de operação e manutenção de cinco subestações e 679,86 km de linhas com capacidade instalada de 500 kV, autorizada conforme Contrato de Concessão nº 003/2006.

Transmissão

Contando com cinco subestações e 679,86 km de linhas de transmissão, na tensão de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta a energia recebida do Sistema Interligado (vide detalhamento no quadro abaixo). Além de usar suas linhas de transmissão para prover energia a consumidores em Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal, a Outorgada transmite energia para outras empresas usuárias do Sistema Interligado Brasileiro.

Linhas de Transmissão em Operação - Características Físicas

Linhas de Transmissão	Circuito	Tensão(Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV LUZIANIA /PARACATU 4 C-1	1	500	110,83	-	2008	2036
LT 500 kV LUZIANIA /SAMAMBAIA C-1	1	500	67,17	-	2008	2036
LT 500 kV PARACATU 4 /EMBORCACA O C-1	1	500	187,87	-	2008	2036
LT 500 kV SERRA MESA 2 /LUZIANIA C-1	1	500	313,98	-	2008	2036
Transformadores	Quantidade	Tensão (Kv)	Extensão (Km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação comercial	Vencimento da Outorga
TR 500/138 kV PARACATU 4	2	500/138	--	600	2008	2036



SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Linhas de Transmissão em Operação - Características financeiras – Projetos de Linhas

Linhas de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil)	RAP Proporc. (R\$ Mil)	Ano de degrau da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
LT SMTE	SMTE	128.735	128.735	2021	Junho	IPCA

Proporcionalmente à parte da Companhia, estes projetos de transmissão consumiram R\$ 76.300 mil de investimentos até 31/12/2023 (R\$ 13.99 mil até 31/12/2022). Abaixo demonstramos a evolução do projeto:

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos

Linha de transmissão - R\$ Mil	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado até 31/12/2022	Evolução Física em 31/12/2023	Controladora
				Investimento realizado até 31/12/2023
Serra da Mesa Transmissora de Energia				
SE Luziânia – Reactor bank	61%	13.988	39%	22.982
SE Paracatu 4 - TR3 - 3rd bank	0%	9	63%	50.523
SE Paracatu 4 - 7º bay	0%	0	41%	2.795
Total		13.997		76.300

Em 31/12/2022, o projeto de reforço SE Luziânia – Reactor bank (REA Nº 11.733/22) atingiu uma evolução física de 61% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física acumulada de 100% da conclusão do projeto, de forma que a de forma que alcançou a previsão de início de operação comercial determinada.

Em 31/12/2022 o projeto de reforço SE Paracatu 4 - TR3 - 3rd bank (REA 13.312/23) atingiu uma evolução física de 0,01% da conclusão do projeto. Em 31/12/2023, o projeto atingiu uma evolução física de 63% da conclusão do projeto, possuindo previsão de início de operação comercial pela ANEEL em janeiro, 2025.

Em 31/12/2023, o projeto de reforço SE Paracatu 4 - 7º bay (REN 905/21) atingiu uma evolução física de 41% da conclusão do projeto, possuindo previsão de início de operação comercial pela ANEEL em agosto, 2024.

Em vista das linhas em operação, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP e autorizados pela ANEEL, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$ 134,3 milhões para 2024 (evolução de 30 % em relação a 2023) e de R\$ 139,3 milhões para 2025 (evolução de 4% em relação a 2024), conforme quadro a seguir:

2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
159.497	128.735	134.304	139.294	144.170	149.216	154.438

Desempenho econômico-financeiro

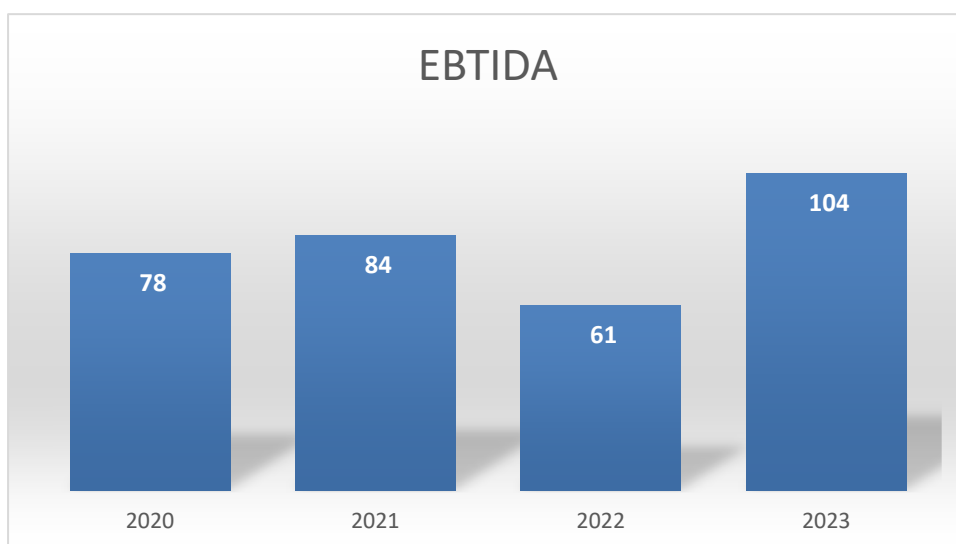
Em 2023, o lucro líquido foi de R\$ 81 milhões, contra R\$ 91 milhões em 2022, uma redução de 12%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 126 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 152 milhões. Essa redução de 17 % resulta da redução da receita de encargos de transmissão em 21% que gerou uma redução de aproximadamente R\$ 30 milhões.



SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Os impostos correntes totalizaram em 2023 R\$ 31 milhões, 18% inferior em relação à 2022, destacando-se o efeito dos ajustes do ICPC 01 com variação negativa de 168%.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 17% contra 15% em 2022. O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 104 milhões, superior em 71% a 2022, que foi de R\$ 61 milhões, conforme evolução abaixo:



Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa	
Auditor Independente (Em milhares de reais)	2023
KPMG Auditores Independentes	66
Total	66

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 01 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

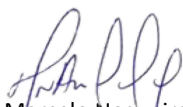
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	57.910	218.751
Concessionárias e permissionárias	9	17.253	19.510
Contas a receber - partes relacionadas	26	4.615	4.254
Almoxarifado		3.971	4.108
Adiantamento a fornecedores		691	657
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.742	622
Outros impostos a recuperar		2.374	4.686
Outros ativos circulantes		2.359	4.833
		91.915	257.421
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		8.484	9.027
Imobilizado	10	434.518	390.084
Imobilizado não vinculado à concessão	10	1.219	1.728
Intangível	11	8.802	8.588
		453.023	409.427
Total do ativo		544.938	666.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	12	14.938	4.669
Fornecedores - partes relacionadas	26	2.369	1.083
Obrigações sociais e trabalhistas	15	6.606	6.125
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	14.963	29.091
Outros impostos a pagar	13	4.211	2.978
Taxas regulamentares	14	3.024	9.124
Dividendos propostos		-	395
		46.111	53.465
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		2.892	2.762
Provisão para contingências	16	8.531	9.081
Obrigações especiais		1.348	1.410
		12.771	13.253
Patrimônio líquido	17		
Capital social		355.359	520.359
Reserva Legal		6.422	2.079
Reserva de retenção de lucros		91.121	39.113
Lucros acumulados		33.154	38.579
		486.056	600.130
Total do passivo e do patrimônio líquido		544.938	666.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	18	125.723	151.925
Custo da operação	19	<u>(38.227)</u>	<u>(36.516)</u>
Lucro bruto		87.496	115.409
Despesas gerais e administrativas	20	(3.906)	(11.222)
Outras receitas operacionais	22	<u>6.965</u>	<u>6.031</u>
Lucro antes do resultado financeiro		90.555	110.218
Resultado financeiro	23	21.796	18.652
Receita financeira		22.530	18.422
Despesa financeira		(734)	230
Resultado antes dos impostos sobre lucros		112.351	128.870
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	<u>(30.921)</u>	<u>(38.027)</u>
Lucro líquido do exercício		81.430	90.843

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	81.430	90.843
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>81.430</u>	<u>90.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	520.359	-	-	(10.677)	509.682
Lucro líquido do exercício	-	-	-	90.843	90.843
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 17)	-	2.079	-	(2.079)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	-	-	-	(395)	(395)
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	39.113	(39.113)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	520.359	2.079	39.113	38.579	600.130
Redução de capital (Nota explicativa 17)	(165.000)	-	-	-	(165.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	81.430	81.430
Constituição de reserva legal (Nota explicativa 17)	-	4.343	-	(4.343)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 17)	-	-	-	(9.605)	(9.605)
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota explicativa 17)	-	-	52.008	(52.008)	-
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 17)	-	-	-	(20.899)	(20.899)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	355.359	6.422	91.121	33.154	486.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		112.351	128.870
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização	10/ 11	21.201	20.175
Amortização - Obrigações especiais		(62)	(64)
Provisão para perda de crédito esperada	9	12	933
Provisão para contingência	16	(550)	2.191
Atualização monetária - Compensação ambiental		130	(1.311)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		2.245	698
Contas a receber - partes relacionadas		(361)	(1.102)
Imobilizado e intangível	10/ 11	225	-
Almoxarifado		137	511
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(2.120)	6.759
Outros impostos a recuperar		2.312	(2.427)
Adiantamentos a fornecedores		(34)	(548)
Outros ativos		3.017	(302)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores – terceiros		10.269	2.701
Fornecedores – partes relacionadas		1.286	(182)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		(5.625)	(1.258)
Outros impostos a pagar		23.695	15.168
Taxas regulamentares		(6.100)	966
Outros impostos pagos		(23.902)	(14.318)
Obrigações sociais e trabalhistas		481	1.392
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		138.607	158.852
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(39.424)	(23.030)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		99.183	135.822
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	10/ 11	(65.566)	(24.831)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(65.566)	(24.831)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital	17	(165.000)	-
Dividendos pagos	17	(21.294)	-
Juros sobre capital próprio pagos	17	(8.164)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(194.458)	-
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(160.841)	110.991
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		218.751	107.760
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		57.910	218.751

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“SMTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2008 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziânia, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 314 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV W Luziânia-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 110 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (iii) Linha de Transmissão 500 W kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188W km, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Linha de Transmissão 500 W kV Luziânia-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal, conforme descrito no contrato de concessão. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 67 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziânia, Paracatu IV e Samambaia.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 9.932/21, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2021-033 - SE Luziânia - novo banco de reatores de barra 500kV.

De acordo com a Resolução Autorizativa nº 12.266/22, alterada posteriormente pela Resolução Autorizativa nº 13.312/23, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autoriza a Companhia a implantar os reforços em instalações de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade referentes ao empreendimento: T2022-078 - Reforço na SE Paracatu 4 - instalação do 3º TR 500/138 kV, 3x100 MVA, conexões, e IB 500kV.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$66.900 (sessenta e seis milhões e novecentos mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000 (setenta milhões) para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 161.475 (cento e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 157.518 (cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e dezoito mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 04 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 99.952 (noventa e nove milhões, novecentos e quinhentos e dois mil reais) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das

concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram autorizadas pela Administração em 29 de Abril de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias (“DCRs”) foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações

Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis regulatórias. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Principais Práticas contábeis regulatórias (2022: Resumo das práticas contábeis regulatórias) e 5 Resumo das práticas contábeis materiais em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Principais das principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 19 a 25, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resolução vigente veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

4.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4.3 Obrigações especiais vinculadas à concessão

A obrigação especial trata-se de uma doação compulsória que a empresa tem que receber devido a compartilhamentos de subestações. Conforme definições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico o saldo de obrigações especiais deverá ser amortizado aplicando-se a taxa média da atividade.

5 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360.

5.3 Almoxarifado

Os almoxarifados são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo imobilizado que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos almoxarifados é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para almoxarifados de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

5.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

5.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.11 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

5.12 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da companhia.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes

que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 13, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações contábeis regulatórias a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

(c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias

7 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante		91.915	72.708	164.623	257.421	75.463	332.884
Caixa e equivalentes de caixa		57.910	-	57.910	218.751	-	218.751
Concessionárias e permissionárias		17.253	-	17.253	19.510	-	19.510
Contas a receber – partes relacionadas		4.615	-	4.615	4.254	-	4.254
Almoxarifado		3.971	-	3.971	4.108	-	4.108
Adiantamentos a fornecedores		691	-	691	657	-	657
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.742	-	2.742	622	-	622
Outros impostos a recuperar		2.374	-	2.374	4.686	-	4.686
Ativo de contrato	a/ g	-	72.708	72.708	-	75.463	75.463
Outros ativos circulantes		2.359	-	2.359	4.833	-	4.833
Ativo não circulante		453.023	26.228	479.251	409.427	4.555	413.982
Ativo de contrato	a/ g	-	468.024	468.024	-	401.874	401.874
Outros ativos não circulantes		8.484	-	8.484	9.027	-	9.027
Imobilizado	b	434.518	(434.118)	400	390.084	(389.593)	491
Imobilizado não vinculado à concessão		1.219	-	1.219	1.728	-	1.728
Intangível	b	8.802	(7.678)	1.124	8.588	(7.726)	862
		544.938	98.936	643.874	666.848	80.018	746.866

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

		<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Passivo							
Passivo circulante	46.111	-	46.111	53.465	-	53.465	
Fornecedores terceiros	14.938	-	14.938	4.669	-	4.669	
Fornecedores partes relacionadas	2.369	-	2.369	1.083	-	1.083	
Obrigações sociais e trabalhistas	6.606	-	6.606	6.125	-	6.125	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14.963	-	14.963	29.091	-	29.091	
Outros impostos a pagar	4.211	-	4.211	2.978	-	2.978	
Taxas regulamentares	3.024	-	3.024	9.124	-	9.124	
Dividendos propostos	-	-	-	395	-	395	
Passivo não circulante	12.771	132.090	144.861	13.253	118.597	131.850	
Outras provisões - compensação ambiental	2.892	-	2.892	2.762	-	2.762	
Provisão para contingências	8.531	-	8.531	9.081	-	9.081	
Impostos diferidos	-	133.438	133.438	-	120.007	120.007	
Obrigações especiais	1.348	(1.348)	-	1.410	(1.410)	-	
	486.056	(33.154)	452.902	600.130	(38.579)	561.551	
Patrimônio líquido							
Capital social	355.359	-	355.359	520.359	-	520.359	
Reserva legal	6.422	-	6.422	2.079	-	2.079	
Reserva de Lucros	91.121	-	91.121	39.113	-	39.113	
Lucro acumulado	33.154	(33.154)	-	38.579	(38.579)	-	
	544.938	98.936	643.874	666.848	80.018	746.866	

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

		31/12/2023			31/12/2022		
Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Receita operacional líquida	125.723	58.364	184.087	151.925	(46.653)	105.272	
Custo da operação	(38.227)	(45.461)	(83.688)	(36.516)	(3.134)	(39.650)	
Lucro bruto	87.496	12.903	100.399	115.409	(49.787)	65.622	
Despesas gerais e administrativas	(3.906)	-	(3.906)	(11.222)	-	(11.222)	
Outras (despesas) / receitas operacionais	6.965	-	6.965	6.031	-	6.031	
Resultado antes do resultado financeiro	90.555	12.903	103.458	110.218	(49.787)	60.431	
Resultado financeiro	21.796	-	21.796	18.652	-	18.652	
Receita financeira	22.530	-	22.530	18.422	-	18.422	
Despesa financeira	(734)	-	(734)	230	-	230	
Lucro antes dos impostos	112.351	12.903	125.254	128.870	(49.787)	79.083	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.921)	-	(30.921)	(38.027)	-	(38.027)	
Imposto de renda e contribuição diferidos	-	(7.478)	(7.478)	-	13.949	13.949	
Lucro líquido do exercício	81.430	5.425	86.855	90.843	(35.838)	55.005	

7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido societário	<u>452.902</u>	<u>561.551</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(540.732)	(477.337)
Imobilizado	434.118	389.593
Intangível	7.678	7.726
Impostos diferidos passivos	133.438	120.007
Outros passivos não circulantes	<u>(1.348)</u>	<u>(1.410)</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>486.056</u></u>	<u><u>600.130</u></u>

7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>86.855</u>	<u>55.005</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(73.138)	(76.661)
Margem de construção	76.735	169.301
Outras receitas	(67.910)	(22.607)
PIS/COFINS Diferido	5.949	(4.755)
Depreciação e amortização regulatória	(20.250)	(19.256)
Custo de operação, manutenção e construção	65.711	3.765
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>7.478</u>	<u>(13.949)</u>
Lucro líquido regulatório	<u><u>81.430</u></u>	<u><u>90.843</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos

valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

b. *Ativo de contrato*

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

c. *Ativo imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

d. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

e. *Receita*

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 4.2.

f. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

g. Obrigações especiais

Diferença entre a Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) e a Demonstração Financeira Societária (DF) referente as obrigações especiais, que na DF para uma melhor apresentação foi absorvida do total do ativo imobilizado em serviço e na DCR para uma melhor apresentação das movimentações do imobilizado, foi mantido os registros das obrigações especiais em outros passivos não circulantes e no ativo imobilizado.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Banco	575	448
Aplicações financeiras (i)	57.335	218.303
	57.910	218.751

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa média de 103,32% do CDI no exercício de 2023 e 103,98% do CDI no exercício de 2022. A variação negativa no caixa da Companhia refere-se principalmente a redução de capital aprovada pela ANEEL e realizada no mês de setembro no valor de R\$ 165.000 (cento e sessenta e cinco milhões).

9 Concessionárias e permissionárias

Todos os todos clientes da Companhia são classificados como industriais ou estão envolvidos na prestação de serviços diretamente relacionados à indústria.

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	15.224	18.642
Vencidas até 30 dias	38	22
Vencidas até 60 dias	277	5
Vencidas até 90 dias	738	13
Vencidas até 120 dias	388	8
Vencidas até 180 dias	207	898
Vencidas entre 181 e 360 dias	152	-
Vencidas há mais de 360 dias	1.209	890
	18.233	20.478
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	(980)	(968)
	17.253	19.510

- (i) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(968)	(35)
Reversão	22	12
Adição (i)	<u>(34)</u>	<u>(945)</u>
Saldo final (ii)	<u>(980)</u>	<u>(968)</u>

- (i) Variação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos provisionados em 2022.
- (ii) A Companhia não possui títulos renegociados em sua composição do saldo de contas a receber.

10 Imobilizado

a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Obrigações especiais Brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Ativo imobilizado em serviço												
Transmissão	632.210	-	-	26.037	658.247	26.037	(290.697)	367.550	361.750	(1.694)	346	(1.348)
Terrenos	401	-	-	-	401	-	-	401	401	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.289	-	-	29	6.318	29	(3.408)	2.910	3.100	(1.694)	346	(1.348)
Máquinas e equipamentos	622.805	-	-	24.254	647.059	24.254	(285.774)	361.285	356.717	-	-	-
Veículos	2.676	-	-	1.749	4.425	1.749	(1.477)	2.948	1.530	-	-	-
Móveis e utensílios	39	-	-	5	44	5	(38)	6	2	-	-	-
Administração	1.017	-	-	89	1.106	89	(835)	271	292	-	-	-
Máquinas e equipamentos	380	-	-	89	469	89	(285)	184	162	-	-	-
Veículos	637	-	-	-	637	-	(550)	87	130	-	-	-
	633.227	-	-	26.126	659.353	26.126	(291.532)	367.821	362.042	(1.694)	346	(1.348)
Ativo imobilizado em curso												
Transmissão	27.842	64.988	(225)	(26.037)	66.568	38.726	-	66.568	27.842	(1.694)	346	(1.348)
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	9	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	3.697	1.317	-	(533)	4.481	784	-	4.481	3.697	-	-	-
Veículos	230	1.519	-	(1.749)	-	230	-	-	230	-	-	-
Móveis e utensílios	3	2	-	(5)	-	3	-	-	3	-	-	-
Outros	23.912	62.141	(225)	(23.741)	62.087	38.175	-	62.087	23.912	-	-	-
Administração	200	18	-	(89)	129	(71)	-	129	200	-	-	-
Máquinas e equipamentos	137	18	-	(89)	66	(71)	-	66	137	-	-	-
Outros	63	-	-	-	63	-	-	63	63	-	-	-
	28.042	65.006	-	(26.126)	66.697	38.655	-	66.697	28.042	-	-	-
Ativo imobilizado	661.269	65.006	(225)	-	726.050	64.781	(291.532)	434.518	390.084	(1.694)	346	(1.348)

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2022
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	5.252	-	-	-	5.252	-	(4.033)	1.219	1.728	1.728
Ativo não vinculado	5.252	-	-	-	5.252	-	(4.033)	1.219	1.728	1.728

b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	658.247	(290.697)	367.550	361.750
Administração	7,51%	1.106	(835)	271	292
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	5.252	(4.033)	1.219	1.728
		664.605	(295.565)	369.040	363.770

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

10.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos
Transmissão	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	9
Máquinas e Equipamentos	1.317
Veículos	1.519
Móveis e Utensílios	2
A Ratear	62.141
Total das adições	64.988

Adições do ativo imobilizado em curso	Material/ Equipamentos
Administração	
Máquinas e Equipamentos	18
Total das adições	18

10.2 As principais transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

Adições do ativo imobilizado em Serviço

	Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1.	REATOR RT03LZ-AZ F. AZUL 45,3 MVAR, TENS. 288.675, COR.NOM. 157,03, MONOFASICO, MOD. SMO-NN, SERIE 111.882-04, VAO REATORES RT03LZ	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.973
2.	REATOR RT03LZ-BR F. BRANCA 45,3 MVAR, TENS. 288.675, COR.NOM. 157,03, MONOFASICO, MOD. SMO-NN, SERIE 111.882-02, VAO REATORES RT03LZ	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.973
3.	REATOR RT03LZ-VM F. VERMELHA 45,3 MVAR, TENS. 288.675, COR.NOM. 157,03, MONOFASICO, MOD. SMO-NN, SERIE 111.882-01, VAO REATORES RT03LZ	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.973
4.	DISJUNTOR9194, TENS. 550.000, COR.NOM. 3.150, ISOLAM. A GAS-SF6-, CAP. INTERRUPT. 50,00, SERIE 131522CB01, MOD. 3AP2 FI, VAO REATORES RT03LZ	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.820
5.	PAINEL PPR3 DE PROTECAO PRINCIPAL E CONTROLE REATOR DE BARRAS RT03LZ, FUNCAO: PROTECAO, SIEMENS, LOCAL: CASA DE CONTROLE - SALA DE PAINEIS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	657
6.	PAINEL PAR3 DE PROTECAO PRINCIPAL E CONTROLE REATOR DE BARRAS RT03LZ, FUNCAO: PROTECAO, SIEMENS, LOCAL: CASA DE CONTROLE - SALA DE PAINEIS	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	657
7.	VEICULO CAMINHAO - CHASSI: 9536B8TL4RR067326	VEICULO DE USO OPERACIONAL	643
8.	CH SECC 9580R SEMI-PANT.ORIZ., TENS. 550.000, COR.NOM. 3.150, TRIF. MOTORIZ. ISOLAM. SECO, SERIE 13.522DS1, MOD. LAH, VAO REATORES RT03LZ	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	566
9.	CH SECC 9195 SEMI-PANT.HORIZ. TENS. 550.000, COR.NOM. 3.150, TRIF. MOTORIZ. ISOLAM A SECO, SERIE 13.522DS2, MOD. LAH, VAO REATORES RT03LZ	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	566
10.	CH SECC 9193 SEMI-PANT.HORIZ. TENS. 550.000, COR.NOM. 3.150, TRIF. MOTORIZ. ISOLAM A SECO, SERIE 13.522DS3, MOD. LAH, VAO REATORES RT03LZ	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	566
Total das adições			20.394

Administração - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420 CORE I5-1145G7, RAM 16GB, M.2 SSD 512GB, WIFI AX201, HD, BAT. 3 CEL, ABSOLUTE CONTROL OTB MMCLA 1A, CARBON BLACK NEXT GEN ANTIV 1A, OFFICE H&B 21,	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	73
2.	CONTROLADORA LENOVO ISG HBA 16GB FC DB EMULEX	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8
3.	SERVICOS DE SUPORTE DE INFORMATICA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
4.	TRAVA DE SEGURANCA COM CADEADO KENSINGTON N17	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
5.	CONJUNTO DELL PRO WIRELESS COMPOSTO POR TECLADO E MOUSE KM5221W	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2
Total das adições			89

10.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2023

No exercício de 2023 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

11 Intangível

a. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valorem 31/12/2023	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	7.611	-	-	15	7.626	15	(273)	7.353	7.412
Servidões	7.252	-	-	-	7.252	-	-	7.252	7.252
Softwares	359	-	-	15	374	15	(273)	101	160
Administração	1.268	-	-	487	1.755	487	(676)	1.079	863
Licença de uso software	1.000	-	-	487	1.487	487	(501)	986	770
Softwares	268	-	-	-	268	-	(175)	93	93
	8.879	-	-	502	9.381	502	(949)	8.432	8.275
Ativo intangível em curso									
Transmissão	311	28	-	(15)	324	13	-	324	311
Softwares	311	28	-	(15)	324	13	-	324	311
Administração	2	531	-	(487)	46	44	-	46	2
Softwares	2	531	-	(487)	46	44	-	46	2
	313	559	-	(502)	370	57	-	370	313
Ativo Intangível	9.192	559	-	-	9.751	559	(949)	8.802	8.588

b) Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	7.626	(273)	7.353	7.412
Administração	10,00%	1.755	(676)	1.079	863
		9.381	(949)	8.432	8.275

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Transmissão	Outros gastos
Software	28
Total das adições	28

Administração	Outros gastos
Software	531
Total das adições	531

11.2 As principais transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Adições do Intangível em Serviço

Transmissão - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	SERVICO DE ATUALIZACAO DE LICENCA	SOFTWARE	15
Total das adições			15

Administração - Descrição do Bem		Grupo	Em R\$ mil
1.	LICENCAS DA SOLUCAO DARKTRACE - PERIODO DE 36 MESES	SOFTWARE	50
2.	LICENCA DE SOFTWARE	SOFTWARE	50
3.	LICENCA DE USO SOFTWARE	SOFTWARE	48
4.	LICENCA DE USO SOFTWARE	SOFTWARE	47
5.	LICENCA DE USO SOFTWARE	SOFTWARE	47
6.	LICENCA DE USO SOFTWARE	SOFTWARE	47
7.	LICENCA DE USO SOFTWARE	SOFTWARE	45
8.	LICENCAS DA SOLUCAO DARKTRACE	SOFTWARE	45
9.	LICENCA DE USO CESSAO E BASE DE DADOS	SOFTWARE	10
Total das adições			389

11.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2023

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2023.

12 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra	108	177
Fornecedores relacionados à construção (i)	14.043	3.575
Gastos ambientais e fundiários	6	74
Prestadores de serviços	574	273
Outros	207	571
	14.938	4.669

(i) Referente a despesas associadas aos projetos de reforço referente a instalação RA 1266/22 e PA 0085-R0.

13 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ (i)	11.211	22.386
CSLL (i)	3.752	6.705
	<u>14.963</u>	<u>29.091</u>
Outros impostos a pagar		
Pis	176	269
Cofins	818	1.264
INSS	966	684
Imposto de renda retido na fonte (ii)	1.504	75
ISS	202	161
FGTS	151	133
Outros	394	392
	<u>4.211</u>	<u>2.978</u>

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e de aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL no exercício de 2023. Os créditos serão utilizados somente em 2024.
- (ii) Variação decorrente de imposto de renda sobre JCP que será pago em 2024.

14 Taxas regulamentares

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	645	708
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	30	1.667
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	2.332	6.749
CDE a Pagar (iv)	17	-
	<u>3.024</u>	<u>9.124</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 04 de agosto de 2023, através do Despacho nº 2.737 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 507 (quinhentos e sete mil reais).

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 20 de julho de 2023, através do Despacho nº 2.469 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2023 a junho de 2024 de R\$ 364 (trezentos e sessenta e quatro mil reais).

(iii) P&D

Conforme a Resolução Aneel 929 de 2021, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento da ANELL, sendo 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Variação é referente a encerramento do projeto gestão.

(iv) CDE

Conforme disposto na Resolução ANEEL 929/2021, as transmissoras de energia elétrica devem destinar 0,12% da ROL à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE até 31/15/2025. A CDE é um fundo do setor elétrico que tem como objetivo o desenvolvimento energético do país. A partir de 01/01/2026 este percentual será revertido para a execução de projetos de P&DI.

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de férias	2.331	2.193
Provisão de bônus (i)	3.770	3.532
IRRF funcionários	505	400
	6.606	6.125

- (i) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program).

16 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia são partes em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos trabalhistas, fiscais, ambientais e servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2023	31/12/2022
Fiscais (i)	6.312	6.312
Servidões (ii)	403	14
Ambiental (iii)	1.816	2.755
	8.531	9.081

- (i) A exposição fiscal é referente a execução fiscal 0137160-10.2014.4.02.5101, atualmente a discussão está nos tribunais superiores.
- (ii) A exposição ambiental decorre do auto de infração ambiental 02001.008344/2012-24, atualmente o procedimento está em fase recursal administrativa, restando pendente o julgamento do recurso apresentado pela empresa.
- (iii) A exposição de servidões é proveniente de 2 processos fundiários de constituição de servidão administrativa, 0287097-91.2007.8.09.0128 e 0121285-94.2007.8.09.0128, ambos em fase recursal, sendo o processo de maior exposição envolvendo um valor de R\$ 395 (trezentos e noventa e cinco mil reais).

Nesse sentido, a movimentação do Saldo de Provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>6.312</u>	<u>2.755</u>	<u>14</u>	<u>9.081</u>
Adições e reversões, líquidas (i)	-	-	(1.731)	68	(1.663)
Atualizações monetárias	-	-	792	327	1.119
Pagamento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>-</u>	<u>6.312</u>	<u>1.816</u>	<u>403</u>	<u>8.531</u>

	Trabalhistas	Fiscais	Ambiental	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>14</u>	<u>6.312</u>	<u>417</u>	<u>147</u>	<u>6.890</u>
Adições e reversões, líquidas (ii)	(15)	-	2.338	(133)	2.190
Atualizações monetárias	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>6.312</u>	<u>2.755</u>	<u>14</u>	<u>9.081</u>

- (i) As reversões se deram em do encerramento do processo ambiental 0007493-68.2014.4.02.5101 e da redução do risco provável do processo administrativo 02001.008344/2012-24 que passou de R\$ 2.277 (dois milhões, duzentos e setenta e sete mil reais), em 31/12/2022, para R\$ 1.816 (um milhão, oitocentos e dezesseis mil reais) em 31/12/2023. As adições se deram devido a mudança de prognóstico do processo fundiário 0287097-91.2007.8.09.0128 que passou a ser classificado como provável pelo escritório.
- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial, mudanças de prognóstico e por conta da atualização monetária. As provisões fiscais constituídas referem-se à execução Fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia, com vistas à cobrança de multa formal, corporificada na da Certidão de Dívida Ativa nº 2016/072.629-3, e oriunda de um suposto descumprimento ao art. 54 da Lei estadual nº 2.657/1996. - Atraso apresentação da DECLAN ICMS. Referente ao processo nº 0137160-10.2014.4.02.5101. Em 2021 Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial, por unanimidade, foi julgado improvido, em função disto a variação refere-se a mudança de prognóstico de possível para provável.

Contingências possíveis (não provisionadas)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista (i)	66	60
Ambiental (ii)	3.594	2.803
Cível (iii)	923	272
Fiscal (iv)	616	-
Servidões (v)	6	249
	<u>5.205</u>	<u>3.384</u>

- (i) Processos trabalhistas: Referem-se à reclamação trabalhista 0100624-31.2019.5.01.0069. A variação de valores decorre de atualização monetária.
- (ii) Processos ambientais: Refere-se a ação judicial e/ou auto de infração de natureza ambiental recebido pela Companhia, nos quais se discute o descumprimento de condicionantes de licenças ambiental. A variação se deve ao processo administrativo 02553.000174_2021-84 – IBAMA x SMTE que ao findar de 2021 era considerado remoto e em 2022 após a realização da audiência de conciliação previa passou a ser classificado como possível, tendo a exposição de R\$ 2.803 (dois milhões, oitocentos e três mil reais) em 2022 e a variação para 2023 é decorrente atualização monetária resultado no montante de R\$ 3.594 (três milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais).
- (iii) Processos cíveis: Referem-se por exemplo a ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e questões fundiárias. Os temas aqui referidos são tratados principalmente nos autos dos seguintes processos: 0007533-49.2008.4.01.3400, do Distrito Federal, e 0154701-57.2013.8.19.0001, do Rio de Janeiro. A variação se deve a mudança de exposição do processo 0154701-57.2013.8.19.0001 que passou de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) em 31/12/2022 para R\$ 900 (novecentos mil reais) em 31/12/2023, esse processo ainda não foi sentenciado.
- (iv) Processos fiscais: Refere-se à execução fiscal 5032779-82.2023.8.09.0100 movida pelo Estado de Goiás. A empresa apresentou defesa e conseguiu efeito suspensivo em ação anulatória.
- (v) Servidões: Referem-se a duas ações judiciais nas quais se discute a constituição de servidão para instalação de torres de suporte à linhas de transmissão de energia elétrica. A variação se deve a alteração de prognóstico dos processos 0287097-91.2007.8.09.0128 alterado de possível para provável.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 520.359 (quinhentos e vinte milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), dividido em 520.359 (quinhentos e vinte milhões, trezentos e cinquenta e nove mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Tendo em vista o excesso de capital em relação ao objeto e às operações atualmente desenvolvidas pela sociedade, os Acionistas decidiram reduzir em R\$ 165.000 (cento e sessenta e cinco milhões de reais) do capital social, pelo cancelamento de 165.000 (cento e sessenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade com o artigo 173 da lei nº 6.404/76.

Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 passou a ser R\$ 355.359 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), representado por 355.359 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e nove mil reais), ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício societário, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Conforme demonstração financeira societária, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes não distribuídos após absorção de prejuízo, cálculo da reserva legal, destinação de dividendos mínimos obrigatórios e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 91.121 (noventa e um milhões, cento e vinte um mil reais) e R\$ 39.113 (trinta e nove milhões, cento e treze mil reais), respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros, conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Lucros acumulados

Conforme demonstrado na nota explicativa 7, as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias impactam diretamente na apuração do resultado da Companhia resultando num lucro acumulado de R\$ 33.154 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil reais) em 31 de dezembro de 2023 e 38.579 (trinta e oito milhões, quinhentos e setenta e nove mil reais) em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras regulatórias absorvidos pela retenção de lucros.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

No exercício de 2023 e 2022, os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício - societário	86.855	55.005
Absorção do prejuízo	-	(13.418)
Base para reserva legal	86.855	41.587
Reserva legal (5%)	(4.343)	(2.079)
Base de cálculo para os dividendos	82.512	39.508
Dividendo mínimo obrigatório (ii)	825	395
Juros sobre capital próprio (i)	(9.605)	-

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.
- (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023.

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	JCP Líquido pago em 2023	Valor do IR s/ JCP
AGO	26/04/2023	395	-	-
RCA	20/07/2023	20.899	-	-
AGE	21/12/2023	-	8.164	1.441
Total		21.294	8.164	1.441

18 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	176.889	205.038
Receita Quota CDE	23.833	23.079
Receita Quota PROINFA	5.655	5.788
Receita de rateio de antecipação	(1.919)	(3.554)
Receita de encargos de transmissão	114.609	144.639
Recuperação de PIS e COFINS	12.516	15.537
Receita rede de fronteira	9.839	12.190
Receita de novas obras RBNI	2.223	49
Receita de CCT	8.108	5.915
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(4.755)	(5.486)
Indisponibilidade de equipamentos	(900)	(862)
Outras receitas de operação	-	14
Descontos Incidentes na TUST (ii)	7.680	7.729
Deduções da receita operacional	(51.166)	(53.113)
PIS	(2.913)	(3.389)
COFINS	(13.416)	(15.612)
P&D	(1.257)	(1.519)
RGR	(6.150)	(5.764)
CDE	(21.831)	(21.117)
TFSEE	(473)	(592)
Quota PROINFA	(5.126)	(5.120)
	125.723	151.925

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2023.
- (ii) Com a publicação da Lei 13.360/2016, novas mudanças foram introduzidas na CDE no que diz respeito ao custeio dos descontos na TUST referentes a fontes incentivadas. Por consequência, os descontos tarifários dados aos usuários em função da aplicação da Resolução Normativa 77/2004 são contabilizados pelo ONS após cada AMSE e o valor não arrecadado à título de Encargo de Uso dos Sistemas de Transmissão - EUST é apurado para cada concessionária de transmissão por CPST.

19 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(11.563)	(11.132)
Material	(1.284)	(1.752)
Serviços de terceiros	(2.425)	(1.952)
Arrendamentos e aluguéis	(310)	(279)
Seguros	(578)	(436)
Tributos	(20)	(34)
Depreciação e amortização	(20.250)	(19.256)
Gastos diversos	(1.797)	(1.675)
	<u>(38.227)</u>	<u>(36.516)</u>

20 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(3.478)	(5.281)
Serviços de terceiros	(709)	(807)
Provisão/reversão	(13)	(919)
Gastos com locomoção	(143)	(901)
Indenizações (i)	-	(2.510)
Outras	437	(804)
	<u>(3.906)</u>	<u>(11.222)</u>

- (i) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, a vendedora se comprometeu a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas à Companhia, nos termos e condições previstos no Contrato. Em 2022, foi realizado um acordo, e alguns destes valores pagos pela Companhia foram negociados para recebimento a menor, gerando assim, a despesa para a companhia.

21 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(7.196)	(7.180)
Encargos	(2.616)	(2.421)
Previdência privada	(88)	(121)
Outros Benefícios - Corrente	(1.552)	(1.341)
Outros	(110)	(69)
	<u>(11.563)</u>	<u>(11.132)</u>
	<u>(11.563)</u>	<u>(11.132)</u>
Pessoal - administração	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(1.501)	(2.096)
Encargos	(504)	(811)
Previdência privada	(35)	(62)
Benefícios	(280)	(376)
Outros	(108)	(473)
Administradores	(1.050)	(1.464)
	<u>(3.478)</u>	<u>(5.281)</u>
	<u>(3.478)</u>	<u>(5.281)</u>
	<u>(15.040)</u>	<u>(16.413)</u>

22 Outras receitas operacionais

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

	31/12/2023	31/12/2022
Rendas da prestação de serviços	14.165	13.046
Tributo sobre a receita	(1.809)	(1.662)
Pessoal	(2.131)	(2.189)
Arrendamentos e aluguéis	(216)	(179)
Depreciação e Amortização	(509)	(529)
Serviços de Terceiros	(890)	(915)
Gastos Diversos Serviços de O&M	(1.373)	(1.281)
Outras despesas	(272)	(260)
	<u>6.965</u>	<u>6.031</u>

23 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	22.530	18.422
Receitas de aplicações financeiras (i)	23.557	18.728
Variações cambiais ativas	34	-
Outras receitas financeiras	36	592
Tributos sobre receitas financeiras	(1.097)	(898)
Despesa financeira	(734)	230
Variações cambiais passivas	(6)	-
Multas e acréscimos moratórios	(74)	(40)
Outras despesas financeiras (ii)	(654)	270
	<u>21.796</u>	<u>18.652</u>

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2023 referentes a sobra de caixa conforme mencionado na nota explicativa 8.
- (ii) Em 2022 ocorreu estorno de atualização monetária devido ao cumprimento de compensação ambiental de gestão federal Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Refúgio da vida Silvestre do Oeste Baiano e área de proteção ambiental Planalto Central. Em 2023 o efeito é referente a apropriação de despesas com IOF sobre aplicação financeira e atualização monetária sobre a compensação ambiental.

24 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	125.256	79.083
Adições/Exclusões não dedutíveis	1.810	2.702
Ajustes ICPC 01	(22.345)	33.223
Juros s/capital próprio	(9.605)	-
Outros	1.385	(1.073)
Lucro Real	93.731	113.935
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(23.409)	(28.460)
Inc. Fiscais	1.048	783
IRPJ devido (25%)	(22.361)	(27.677)
CSLL (9%)	(8.560)	(10.350)
IR e CS correntes	(30.921)	(38.027)
Alíquota efetiva	25%	48%

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 25.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	57.910	218.751
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	26	4.615	4.254
Concessionárias e permissionárias	9	17.253	19.510
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores – terceiros	-	14.938	4.669
Fornecedores - partes relacionadas	26	2.369	1.083

25.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	57.910	218.751
Contas a receber partes relacionadas	4.615	4.254
Concessionária e Permissionárias	17.253	19.510

c. *Riscos cambiais*

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas Curto Prazo	5.627	5.222
Intercompany Paranaíba – Contas a receber CCI e CPSOM	840	803
Intercompany Luziânia – Contas a receber CCI e CPSOM	171	165
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.615	3.949
Outros	1	305
Intercompany CET Brazil - Despesas de aluguel	-	32
Intercompany ETEE - Despesas de pessoal	-	72
Intercompany ITE - Despesas de pessoal	1	1
Intercompany Paranaíba - Despesas de viagens	-	14
Intercompany PRTE - Despesas de IPTU	-	62
Intercompany SGBH - Reembolso Gemini (ii)	-	124

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas longo prazo	46	-
Intercompany Paranaíba - Despesas de viagens	14	-
Intercompany CET Brazil - Despesas de aluguel	32	-

26.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	2.369	1.083
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.190	1.083
Serviços de engenharia SGSE (iv)	1.179	-

26.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	28.154	21.860
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	15.198	10.383
Aluguel (iii)	(140)	(123)
Serviços de engenharia SGSE (iv)	-	(753)
Receita de CCI e CPSOM - Paranaíba	10.857	10.261
Receita de CCI e CPSOM - Luziânia	2.239	2.092

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.
- (ii) Por meio do contrato de compra e venda da Companhia, os vendedores se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais relacionadas à Companhia, conforme termos e condições previstos no Contrato. Diante disso, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as despesas jurídicas pagas, com aviso de débito à vendedora, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Porém, a vendedora não realizou o reembolso destas despesas realizadas pela companhia ao longo dos anos. Em 2022, foi realizado um acordo, entre a vendedora e a controladora SGBH, que recebeu todas as despesas pagas, em nome de suas controladas. A SGBH então, está ressarcindo controladas de acordo com os avisos de débito emitidas na época.
- (iii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iv) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	459	567
Benefícios diretos e indiretos	77	100
Encargos	225	338
Provisões (13 salário, férias e bônus)	289	459
Valor total da remuneração	<u>1.050</u>	<u>1.464</u>

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

27 Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	241.902	241.902
Veículos	Carros	3.607	3.490
		<u>265.509</u>	<u>265.392</u>

29 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 9.595 (nove milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
SMTE020215332	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	2.303
SMTE020226217	Cobra	Contrato EPC - Banco de Reator	24/02/2022	3.877
SMTE-PM-2022-6917	Balteau	IPARO - Fornecimento de TC	18/07/2022	264
SMTE-PM-2022-6921	Brafer	IPARO - Structures	26/07/2022	82
SMTE-PM-2022-6920	Siemens	IPARO - CB / Disconnectores / Spare	29/07/2022	1.585
SMTE-PM-2022-6919	IOSI	IPARO - SPCS	22/08/2022	699
SMTEPM202140612	E-Guana	Siget	22/09/2021	12
EXP-SMTE-2019-008	Nari	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	154
SMTE-PM-2021-4432	SGSE - State Grid Serviços de Engenharia S.A.	Contrato EPC	27/09/2021	78
SGBH (8) - PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	250
SGBH (8) - PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	291
				9.595

Cronograma de vencimento	Em R\$
2024	9.595
	9.595

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2